



Número: **0021314-04.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **03/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.555,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LEANDRO MACHADO DE CARVALHO (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53692397	08/11/2019 16:09	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

PROCESSO: 00213140420198172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **LEANDRO MACHADO DE CARVALHO**, nos termos do artigo 1024, III do CPC/15, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DO ERRO MATERIAL

Sem adentrar ao mérito da decisão, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

Posto isso, com arrimo nos dispositivos legais já citados e, ainda, no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO FORMULADO PELA AUTORA E CONDENO A RÉ A PAGAR-LHE O VALOR DE R\$ 3.915,00 (TRÊS MIL, NOVECENTOS E QUINZE REAIS), CORRIGIDO MONETARIAMENTE DE ACORDO COM A TABELA DO QUATRO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS ENCOGE DESDE A DATA DO SINISTRO (12.02.2018) E ACRESCIDO DE JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS, A PARTIR DA DATA DA CITACÃO (14.05.2019)[2].**

Ante a sucumbência recíproca, fixo a sucumbência da seguinte forma:

1. o Autor deverá arcar com as custas processuais na proporção de 40% e pagar honorários aos advogados da Ré arbitrados, por equidade, em R\$ 600,00 (seiscentos reais), ficando sua exigibilidade condicionada ao implemento da condição prevista no artigo 98, §3º do CPC, respeitado o limite de 05 (cinco) anos;
2. a Ré deverá arcar com as custas processuais na proporção de 60% e pagar honorários aos advogados da Ré arbitrados, por equidade, em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Ocorre a d. decisão não pode prosperar, eis que considerando os termos do d. *decisum*, fica inteligível que na verdade pretendia o julgador, tendo em vista que constou como INDICE da correção monetária o ENCOGE porem expressou um valor por extenso que não guarda nenhuma relação com a condenação.

Vejamos:

VALOR DE R\$ 3.915,00 (TRÊS MIL, NOVECENTOS E QUINZE REAIS), CORRIGIDO MONETARIAMENTE DE ACORDO COM A TABELA DO QUATRO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS ENCOGE DESDE A DATA DO SINISTRO (12.02.2018) E ACRESCIDO DE JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS. A PARTIR DA DATA DA CITACÃO (14.05.2019)[2].

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assim, *data vênia*, esta parte da decisão, nestes termos, restou conflitante com a cadeia de raciocínio expressada, fazendo crer que apenas por falha material constou um valor por extenso, ensejando, portanto, que possam ser admitidos como pertinentes e oportunos os presentes embargos de declaração.

Ressalta se ainda um erro material em relação aos honorários advocatícios que deverão ser pagos pela Re, vejamos:

2. a Ré deverá arcar com as custas processuais na proporção de 60% e pagar honorários aos advogados da Ré arbitrados, por equidade, em R\$ 1.000,00 (mil reais).

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera destarte, se digne Vossa Excelência de receber os presentes Embargos de Declaração, deles conhecendo, para afinal, julgando-os procedentes, corrigir o erros materiais se assim o entender, ou, explicitar sobre os fundamentos expendidos, aclarando o julgado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 8 de novembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

